

CONVENIO UNIFAMAZ – Em 07 de outubro de 2021 a entidade assinou o termo particular de convênio nº 27-005/SESPA/2021, para COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, com fundamento na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. O objeto desse contrato visa o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programa de estágio supervisionado, para estágios obrigatórios e extracurriculares aos alunos regularmente matriculados nos cursos da Instituição de Ensino Superior – IES – mantida pela CONVENIENTE. Os estágios serão ofertados pela CONVENIADA.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - Na preparação de suas demonstrações contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 (R1) – Resolução 1.409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022. A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativa e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria desta entidade no dia 22 de março de 2023.

**2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação, mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. **b) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **c) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos:** A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2022 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **d) Imobilizado:** Os bens adquiridos através de doações ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público, conforme contrato de gestão, cabe a entidade a administração dos bens. Os bens cedidos pelo Estado para o início do contrato de gestão, foram registrados no ativo em contrapartida no passivo como “bens de terceiros em nosso poder”. **e) Apuração do resultado do exercício:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. Para os serviços contratados é considerado o período de execução destes, para apropriação ao resultado. Para a receita, é considerado o incorrido contratualmente. A operação do Instituto é diretamente ligada à execução do orçamento definido no contrato de gestão. No exercício de 2022 o projeto apresentou déficit de R\$ (21.970.588,18). **f) Provisão para contingências:** A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração da Entidade adota o procedimento de mensurar e provisionar contingências às causas impetradas contra a Entidade em função do risco de perda, baseada na classificação de risco e opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas. **g) Estoques:** No início do projeto, a entidade recebeu de estoques a título de transferência da gestão anterior. Os valores foram reconhecidos em conta do ativo circulante contra passivo circulante (bens de terceiros em nosso poder). **h) Patrimônio Social:** O Patrimônio social é representado pelos resultados apurados ao longo do tempo. A entidade apresentou déficit acumulado no montante de R\$ (23.261.834,45). O ISMS iniciou tratativas com seus credores, já percebendo reflexos positivos destas negociações nas demonstrações do exercício de 2022, contudo ainda seguirá com as negociações em 2023, conforme cronograma, cujo reflexo poderá ser apreciado no próximo exercício. **Ajustes de Exercícios Anteriores:** A Entidade contabilizou ajustes de exercícios anteriores referente a retificações de erros patrimoniais e alterações na prática contábil do exercício de 2022 e de 2021, sendo realizados ajustes no montante de R\$ 301.308,56 de R\$ (24.031,79), respectivamente. Os ajustes se deram devido à falta de conciliações da gestão passada, onde a partir de julho de 2022 iniciamos o trabalho de verificação anual dos valores contabilizados. Para esse trabalho utilizamos a base financeira da instituição, onde focamos nas notas fiscais emitidas contra a instituição e em aberto no financeiro.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Fundo Fixo	-	524,46
Banco Itaú - Conta Corrente	2,20	-
Banco Itaú - Aplicação Financeira	6.397.196,93	15.127.454,41
<b>Total</b>	<b>6.397.199,13</b>	<b>15.127.978,87</b>

### 4. REPASSES DO CONTRATO DE GESTÃO A RECEBER

	2022	2021
Recursos a receber	158.923.302,48	160.241.629,73
Instituições de ensino	30.000,00	-
<b>Total</b>	<b>158.953.302,48</b>	<b>160.241.629,73</b>

Recursos financeiros a serem recebidos do contrato de gestão para a execução das atividades e serviços de saúde. Sendo que a entidade é responsável pela aplicação dos recursos recebidos.

#### Contrato de gestão 005/SESP/2021 de 30/09/2021 e aditivos:

Valor Contratual 12 meses (Terceiro Aditivo)	211.897.736,64
Repasses recebidos	(52.974.434,16)
<b>Saldo a receber em 31/12/2022</b>	<b>158.923.302,48</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>158.923.302,48</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>-</b>

### 5. IMOBILIZADO

	2021	Adições	2022
Equipamento informática	-	15.766,24	15.766,24
Máquinas e equipamentos	-	64.723,47	64.723,47
Móveis e utensílios	-	119.652,19	119.652,19
Total custo	-	200.141,90	200.141,90
(-) Depreciação acumulada	-	-	-
Total líquido	-	200.141,90	200.141,90

### 6. FORNECEDORES

	2022	2021
Medicamentos	5.172.924,82	971.472,76
Materiais hospitalares	5.612.032,54	1.350.648,54
Material de uso e consumo	32.378,18	18.973,97
Serviços médicos	6.204.029,05	6.397.314,34
Material de expediente	23.706,32	20.136,15

Materiais e serviços de manutenção	968.310,09	1.237.062,14
Serviços de assessoria e consultoria	220.756,45	526.484,02
Genêros alimentícios	1.660.152,50	1.037.329,94
Serviços técnicos/imagens e análises	1.578.471,30	949.755,00
Cessão de mão de obra	84.340,20	113.215,00
Equipamentos e instalações	-	-
Outros serviços de terceiros	1.577.957,24	502.425,17
Materiais e serviços de informática	164.980,35	81.174,85
Despesas com veículos	39.078,99	-
Serviços gráficos	81.020,96	33.540,00
Viagens e estádias	10.772,72	899,00
Material de higiene e limpeza	565.640,07	206.131,93
Locações	72.036,00	86.148,14
OPME	325.060,27	-
Internet e telefone	8.150,00	7.300,00
Água e esgoto	8.590,21	-
Aluguel e condomínio	-	22.500,00
Energia elétrica	627.520,40	504.972,25
<b>Total</b>	<b>25.037.908,66</b>	<b>14.067.483,20</b>

### 7. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2022	2021
INSS de terceiros	222.216,64	112.607,37
IRRF sobre notas fiscais de terceiros	115.459,21	107.199,30
CSRF de terceiros	375.499,31	345.163,37
ISS de terceiros	60.815,47	25.503,55
<b>Total</b>	<b>773.990,63</b>	<b>590.473,59</b>

### 8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Salários a pagar	2.168.536,85	1.294,01
Rescisão a pagar	10.756,52	1.769,33
INSS s/ salários	952.225,11	849.889,17
FGTS a recolher	338.118,86	222.984,19
PIS s/ salários	52.954,09	30.297,54
IRRF s/ salários	107.069,62	48.546,15
Contribuição sindical e assistencial	2.216,85	1.000,00
Pensão alimentícia	540,14	-
<b>Total</b>	<b>3.632.418,04</b>	<b>1.155.780,39</b>

### 9. PROVISÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Provisão de férias e encargos	3.992.229,12	1.021.322,58
<b>Total</b>	<b>3.992.229,12</b>	<b>1.021.322,58</b>

### 10. CONTRATO DE GESTÃO A EXECUTAR

Os valores do contrato de gestão firmado com a SESPA foram registrados em uma conta do passivo, para serem apropriados ao resultado por competência.

### 11. OUTROS VALORES A PAGAR

	2022	2021
Abelardo x Castelo dos Sonhos	500.000,00	-
Abelardo x Itaituba	2.495.700,00	-
<b>Total</b>	<b>2.995.700,00</b>	<b>-</b>

**12. CONTINGÊNCIAS** - Com base nas respostas dos assessores jurídicos da Entidade, esta possui ações na esfera cível com a classificação de perda possível que perfaz o montante de R\$ 1.355.062,64.

**13. COBERTURA DE SEGUROS** - A entidade não mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade. **14. APLICAÇÃO DE RECURSOS** - Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.  
Administradores do  
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE – FILIAL HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DR. ABELARDO SANTOS  
Bélem - PA

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais do INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE – FILIAL HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DR. ABELARDO SANTOS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE – FILIAL HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DR. ABELARDO SANTOS em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos - Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior:** Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente examinados por outro auditor independente de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 18 de julho de 2022, o qual conteve ressalvas em relação a falta de controle dos estoques de medicamentos e materiais médicos.

**Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.